

Duarte da Ponte Ribeiro (1795-1878) e o processo de aproximação entre o Império do Brasil e as Repúblicas do Pacífico

Cristiane Maria Marcelo¹

O texto em questão visa fazer uma reflexão inicial sobre as contribuições do diplomata Duarte da Ponte Ribeiro no processo de aproximação entre o Império do Brasil e as Repúblicas do Pacífico, especialmente Peru, Bolívia e Chile, ao longo do século XIX. Ponte Ribeiro foi o primeiro diplomata enviado pelo Brasil àquela parte do território americano já ao final do Primeiro Reinado, em 1829, e lá retornou em outras duas ocasiões, entre 1836-1841 e 1851-1852. Tais estadias permitiram ao diplomata, dentre outras coisas, refletir sobre as estratégias a serem utilizadas pelo governo brasileiro para alargar sua área de influência ao sul do continente americano.

O fato de não ter ficado preso às burocracias dos cargos que assumiu ao longo de sua carreira aliado à sua paixão desenfreada em vasculhar os arquivos por onde passava fez com que Ponte Ribeiro, em pouco tempo, se tornasse a autoridade de referência nas problemáticas relacionadas à América do sul. Era a ele que os representantes do governo geralmente recorriam quando necessitavam responder a algum questionamento dos países fronteiriços, como aquele relacionado à navegação do Amazonas ou o que envolvia os limites da província do Mato Grosso com a República da Bolívia que tanta dor de cabeça causou ao Império do Brasil.

Até o nosso processo de Independência, as atenções dispensadas à região do Pacífico foram praticamente nulas, talvez isso explique a pouca quantidade de trabalhos e a permanência do interesse da historiografia sobre a região platina que até as três primeiras do século XIX preenchia quase que exclusivamente as preocupações dos homens de governo na América devido aos interesses políticos e econômicos ali existentes desde o período colonial. Depois disso, o contato continuou tímido, porém, um pouco mais frequente.

¹ Doutoranda em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Em nosso entendimento, a decisão do governo em alargar os interesses às Repúblicas do Pacífico se insere num contexto muito específico do Império relacionado: a) ao processo de reconhecimento e afirmação do poder e da nacionalidade da monarquia brasileira em construção; b) ao afastamento do temor gerado pelo único regime monárquico do continente; c) às tentativas de repelir os interesses da confederação argentina naquela região; d) ao projeto de consolidação do Brasil como potência regional; e) a necessidade de estabelecer tratados de amizade, comércio, limites territoriais, navegação fluvial e acordos de extradição. Tais tarefas não eram das mais fáceis, pois como afirmou Luis Felipe Castilhos Goycochêa, com a Independência o problema era dez vezes mais complexo porque "ao invés de um coligante, havia dez conflitantes" (GOYCOCHÊA, 1943:7) e 16 mil quilômetros de fronteira para tomar conta.

A escolha inicial de Duarte da Ponte Ribeiro para inaugurar este processo de aproximação ainda é para nós uma verdadeira incógnita, uma vez que tinha uma formação universitária pouco comum para o desempenho diplomático e nenhuma experiência para tão árduo serviço. Segundo consta na biografia escrita por José Antônio Soares de Souza, Ponte Ribeiro nasceu em uma família de médicos-cirurgiões em Portugal no ano de 1795, e veio para o Brasil junto com a Família Real, em 1808, na companhia de seu mestre e primeiro cirurgião da nau *Príncipe Real*, Joaquim da Rocha Mazarem.

No Brasil, deu continuidade a seus estudos universitários no curso de cirurgia na escola anatômica, cirúrgica e médica do Real Hospital Militar do morro do Castelo. Enquanto estudava, atuou como cirurgião de bordo e visitou vários portos na Europa, Ásia e África dando diversas provas de sua capacidade profissional. Isso facilitou a obtenção da carta de cirurgião, em 14 de setembro de 1811. Estava ele com apenas 17 anos incompletos e terminou o curso em três anos, quando o normal eram cinco. (SOUZA, 1952:2-8). Um incidente particular, no entanto, acabou por lhe tirar qualquer possibilidade de ascensão na carreira médica, mudando por inteiro o seu futuro. Diz Joaquim Manuel de Macedo que "uma espingarda de dois canos rebentara em suas mãos, causando-lhe a descarga e despedaçamento da mão e braço esquerdos". (RIHGB, tomo XLI, 1878: 490). Impedido de exercer a medicina foi aproveitado na área diplomática, que se dedicou com profundo afincamento por cinquenta e dois anos até sua morte em 1878.

Iniciado ao acaso na carreira de diplomata, Ponte Ribeiro recebeu sua primeira nomeação em 1826, quando contava 31 anos, e se mostrou um verdadeiro fiasco. Incumbido

de promover diálogos para o reconhecimento da independência do Brasil junto ao governo espanhol, Ribeiro demorou quase três meses para ser recebido pelo ministro dos negócios estrangeiros espanhol D. Manuel Gonzáles Salmon e ainda foi acusado de entrar ilegalmente no país. Percebendo a dificuldade do diálogo, o diplomata decidiu solicitar o passaporte e retornar ao Brasil. Na volta, em setembro de 1827, recebeu orientações para permanecer em Portugal a fim de observar os desdobramentos da abdicação de D. Pedro I ao trono em favor de sua filha D. Maria II e a possibilidade do imperador voltar ao Brasil.

Mesmo depois deste fracasso diplomático Ribeiro não foi jogado ao ostracismo, pelo contrário, passou a ter uma vida muitíssimo agitada e cheia de intempéries. Nunca mais voltou à Europa em missão diplomática e elegeu a América como seu principal campo de atuação tornando-se um especialista a ponto de ter sido nomeado chefe da 3ª seção da Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros dedicada às problemáticas daquele continente, em 1844.

O Peru foi a primeira República que recebeu uma missão diplomática brasileira, em 1829 e se tornou, a partir de então, a principal base de diálogo do Brasil no Pacífico. Era a primeira vez que o Brasil se fazia representar no lado meridional do subcontinente americano. Naquela mesma oportunidade, Luís de Souza Dias também foi nomeado para representar os interesses da Monarquia junto ao governo da Grã-Colômbia, que englobava os atuais territórios do Panamá, Colômbia, Venezuela e Equador sob o domínio direto de Simon Bolívar. Segundo Luis Cláudio Villafañe Gomes Santos essas missões tinham dois objetivos principais, pois "além de procurar desfazer a imagem de que a Monarquia constituía uma ameaça às repúblicas vizinhas, os diplomatas deviam examinar a possibilidade de ajustar tratados de comércio" (SANTOS, 2002:164).

Tais orientações iam ao encontro das necessidades da época. A instabilidade política e econômica que caracterizou o primeiro reinado dificultou a elaboração de qualquer plano estratégico de política externa. Naquele contexto, a perda da província Cisplatina (1828), trazendo sérias consequências à débil economia brasileira; a renovação dos tratados com a Inglaterra, que previa o fim do tráfico de escravos, sem a consulta do Parlamento que se encontrava fechado; a outorga de uma constituição (1824) e a Confederação do Equador (1824), em reação ao absolutismo de D. Pedro I, foram fatores que fragilizaram a estrutura do país recém-independente. Nessas condições seria quase que impossível pensar em proposta de

relacionamento externo consistente que não fosse o de legitimação e reconhecimento da monarquia brasileira.

É neste sentido que deve ser compreendida a primeira missão diplomática de Duarte da Ponte Ribeiro ao Peru. A permanência da unidade e, principalmente, a escolha do sistema monárquico constitucional liderado por um herdeiro da casa dos Bragança causava estranhamento aos demais governos sul-americanos adeptos do sistema republicano. Temia-se, certamente, algum objetivo brasileiro de monarquizar a América aproveitando-se de sua superioridade territorial. O incidente de Chiquitos, em 1825, serviu para corroborar esta ideia².

O governo monárquico do Brasil era constantemente associado às antigas metrópoles europeias já que o rompimento político com Portugal tinha se baseado num resgate financeiro. Assim, acreditava-se que a nação brasileira em construção, seria o elo entre os dois continentes e um agente da Santa Aliança que se posicionaria contra os movimentos independentistas da América do Sul. Em suma, a sustentação de uma Monarquia Constitucional num continente rodeado de Repúblicas foi um dos principais desafios do Brasil neste primeiro momento de legitimação.

A recorrência aos tratados de comércio foi uma constante ao longo do Primeiro Reinado. Amado Luiz Cervo argumenta que "o reconhecimento [da Independência] a ser obtido a qualquer preço foi um trágico erro do cálculo político" isso porque havia um medo "infundado" de perda da integridade do território. Percebe-se, dessa maneira, "uma disposição do governo brasileiro em oferecer privilégios para apressar o reconhecimento", privilégios estes baseados, principalmente, em favores e benefícios econômicos às nações europeias que causariam complicações econômicas à jovem nação brasileira até a década de 1840 (CERVO, 2008:26-39). Pelas orientações recebidas por Ponte Ribeiro, percebe-se que esta foi a mesma política adotada para os países da América do Sul, embora a maioria dos tratados, até o início do segundo reinado não tivessem passado da fase de negociação.

À época da missão de Ponte Ribeiro, o Peru, tal como as repúblicas recém-independentes ao seu redor, vivia um clima de intensa instabilidade política o que dificultou

² Chiquitos era uma província boliviana que, tentando resistir ao domínio das tropas revolucionárias, buscou proteção junto ao governo de Mato Grosso que, unilateralmente, aceitou. A pressão monárquica, entretanto, acabou obrigando o governador a voltar atrás em sua opinião. Entretanto, o incidente diplomático já estava armado. (SANTOS, 2002:23-26).

qualquer tipo de diálogo comercial. Nos quatro primeiros meses em que esteve no Peru (entre agosto e dezembro de 1829), Ponte Ribeiro assistiu: a) a um conflito armado entre o Peru e a Grã-Colômbia sob a presidência de Bolívar, pelo domínio do porto de Guayaquil por ser "único onde há madeira de construção", além de ser o mais seguro do Pacífico; b) aos temores do governo de Gamarra pela anexação dos departamentos de Cuzco, Puno e Arequipa mais favoráveis à proteção de Santa Cruz, presidente da Bolívia; c) às tentativas de algumas províncias governarem a si mesmas. Além disso, fazia mais de cinco meses que os funcionários não recebiam seus salários. O exército contava com quatro mil homens "duas má convertas, dois brigues e uma escuna". O Estado financeiro foi qualificado como "deplorável", pois a falta de braços dificultava o funcionamento das minas e as máquinas se encontraram em verdadeira ruína (AHI, 212/02/04 ofício de 14/09/1829).

Num ofício encaminhado ao Marquês de Aracati, ministro da Secretaria dos Negócios Estrangeiros, Ribeiro informava sobre a instabilidade do ministério, o que "me tem feito abster de falar em tratados de comércio, e espero que entre Pando [ministro dos negócios estrangeiros no Peru], com quem tenho familiaridade, para privadamente sondar as disposições do governo a este respeito" (AHI, 212/02/04 ofício de 16/12/1829). Tal reunião, por sua vez, nunca aconteceu.

Apesar destas intempéries, a primeira estadia de Ponte Ribeiro no Peru serviu para o diplomata perceber que a monarquia brasileira era muito mais admirada do que temida naquelas paragens a ponto de, em alguns momentos, pensar-se na possibilidade de adotar aquela forma de governo. Em ofício 29 de janeiro de 1830 destacou não só as congratulações que recebia pelo exemplo de organização do Império Brasileiro como também a existência de algumas tendências monarquistas no Peru. Dizia ele que: "Hoje não se fala em outra coisa senão da necessidade de abandonar o sistema republicano e estabelecer monarquias constitucionais, e pode dizer-se que todos estão de acordo e só diversificam a respeito da pessoa que deverá ocupar o trono". Alguns falavam em nome de Santa Cruz e outros pensavam numa união de Peru e Colômbia sob a presidência de Bolívar. Até "os mais acérrimos republicanos de Chile escrevem dizendo que estão desenganados, da impossibilidade de levar avante o sistema adotado e que é necessário cuidar em monarquia antes que a nação se aniquile" (AHI, 212/02/04 ofício de 29/01/1830).

Para além desta questão mais geral, Duarte da Ponte Ribeiro buscou, na medida do possível, interferir em algumas discussões particulares que envolviam os interesses

brasileiros. Numa dessas oportunidades mostrou que já havia **iniciativas de** peruanos e ingleses em navegar o Amazonas, mas tranquilizou o governo brasileiro uma vez que só havia vontade já que primeiro era preciso capacidade dos peruanos de navegar os afluentes do mesmo, por isso o Brasil poderia continuar com sua política de não liberação de navegação.

Em outra ocasião, o diplomata se intrometeu na discussão de um tratado comercial entre Peru e Chile que estabelecia que o primeiro só compraria trigo do Chile e este consumiria apenas o açúcar peruano. Os esforços de Ribeiro para a não ratificação do tratado estavam relacionados, segundo ele, às possibilidades de vantagens comerciais com o Chile já que esta república consome uma grande quantidade de erva mate vinda do Brasil, tabaco e bastante açúcar. O problema, segundo Ponte, era o modo como o açúcar era transportado, e alertava que a venda poderia ser maior "quando os especuladores melhorarem a maneira de condução, em barricas ou caixas, em vez de sacos, em que chega úmido, negro e com mau cheiro". (AHI, 212/02/04 ofício de 28/05/1830).

O ano de 1832 marcou o fim desta primeira missão de Ponte Ribeiro quando o diplomata brindou-nos com sua primeira memória sobre as Repúblicas do Pacífico. Nela, Ponte Ribeiro deixava clara a necessidade de o Brasil continuar dialogando política e economicamente com seus vizinhos meridionais. Tal aproximação era importante não só para as possibilidades de comércio que aquela área poderia nos oferecer como também para os futuros tratados de limites, amizade e navegação que deveriam ser assinados com cada uma daquelas repúblicas, quando o clima político estivesse mais estável. Naquele primeiro momento, entretanto, tais acordos eram impossíveis: a Grã-Colômbia havia se desmembrado desencadeando uma guerra civil e Bolívar fugido para Cartagena em direção à Europa. O Chile era palco de disputa entre Prieto, representante dos altos proprietários e negociantes, pertencente ao Partido Estanqueiro que se saiu vitorioso e o general Freire, representante do povo apoiado pelos oficiais franceses. O Peru ainda temia as investidas de Santa Cruz e por isso viu suas relações com a Bolívia azedarem, ainda por cima era palco de rebeliões internas. Todas, sem exceção, viviam em profunda crise financeira, militar e com altas dívidas externas. (Memória sobre as Repúblicas do Pacífico, 07/041832 in CHDD, n.1, 2002:140-158).

Nestes termos, tornava-se difícil para o diplomata brasileiro iniciar alguma política de diálogo comercial, pois as lideranças mudavam a todo momento. A conversa que havia prometido ter com Pando, ministro das Relações Exteriores peruano, nunca ocorreu uma vez

que aquele estava muito mais preocupado com a integração de seu país que, diuturnamente, mostrava tendências de ser anexado por Santa Cruz, como de fato ocorreu, ou se esfacelar em diversas províncias.

Nos quatro anos que separaram a primeira da segunda missão de Ponte Ribeiro à região do Pacífico, o diplomata buscou aprimorar seu conhecimento sobre a área fazendo pesquisas em arquivos a fim de aperfeiçoar sua argumentação quando fosse necessário dialogar sobre temas que interessavam ao Brasil. Neste meio tempo, foi nomeado como encarregado de negócios no México (1833-1835) para explicar as razões da abdicação de D. Pedro I. Antes disso, porém, passou por Portugal para averiguar se era verídica a possibilidade de retorno do ex-imperador ao Brasil e aliviar os temores do Império.

Ao retornar como encarregado de negócios à região do Pacífico em 1836, quando permaneceu por cinco anos, Ribeiro encontrou uma realidade política diferente, porém, instável. Peru e Bolívia, onde fixou residência, formavam uma confederação sob a presidência do general Andrés de Santa Cruz. O Chile, por sua vez, não viu com bom grado tal confederação e declarou guerra à Santa Cruz unindo-se à ala conservadora dos peruanos liderados por Gamarra que havia sido expulso do poder. O mesmo fez o general Rosas, presidente da confederação Argentina.

Logo de início, Duarte da Ponte Ribeiro acreditou que aquela confederação estava fadada ao fracasso, pois havia descontentamento de ambas as partes. Do lado boliviano havia o temor se de perder o status de nação e tornar-se uma mera província peruana. Os peruanos, por sua vez, não viam com bons olhos o fato de a maioria dos empregos serem entregues aos bolivianos, assim como todos os gastos da confederação recaírem sob sua responsabilidade já que era o Estado mais rico. (Cadernos do CHDD, n. 18, 2011: 241). De fato, a confederação não durou mais de dois anos e foi dissolvida em 1839.

Naquela ocasião, apesar das intempéries, o governo brasileiro almejava dar seguimento à nova política externa da monarquia que buscava a aproximação com os países americanos através da assinatura de tratados de comércio. Logo de início, no entanto, tal intento foi diminuído pois Chile e Peru haviam estabelecido, em janeiro de 1835, o acordo econômico tão temido por Ponte Ribeiro que envolvia o trigo chileno e o açúcar peruano, mas acabou sendo suspenso um ano depois devido às desavenças entre ambos. Apesar disso, o diplomata não teve sucesso em seu intento.

Conhecendo os interesses brasileiros, o general Santa Cruz - quase que enclausurado pelas tropas chilenas e pelos restauradores peruanos - tentou buscar proteção junto ao Brasil através de seu representante no Peru. Segundo o general, o Império do Brasil estava rodeado de Repúblicas inimigas e por isso deveria se aproximar de governos que se assemelhasse a ele como a confederação Peru-Boliviana e por isso garantia facilidades na assinatura de um provável acordo comercial em troca do fornecimento de navios de guerra para combater seus próprios inimigos. (Cadernos do CHDD, n. 18, 2011:462).

Tal proposta, apesar de interessante, foi totalmente rechaçada pelo diplomata já que não almejava se indispor com o governo chileno com quem também tinha interesses em estabelecer acordos. Além do mais, tal posicionamento prejudicaria a reputação do Império brasileiro diante dos demais países do continente. Apesar da negativa, Santa Cruz insistiu propondo, na impossibilidade do acordo, a compra dos mesmos navios de guerra. Desesperado, diante da iminência da derrota, o general chegou mesmo a propor a assinatura de um tratado de limites no qual acataria todas as vontades do Brasil. Percebendo a permanência da negativa, Santa Cruz desistiu de tentar um acordo com o Brasil e decidiu contratar corsários franceses que rapidamente foram destruídos pelas frotas chilenas. Sem saída e depois de perder as batalhas em terra e no mar, Santa Cruz fugiu para Guayaquil e Gamarra assumiu o poder no Peru unificando o norte ao sul e dando por terminada a confederação que o unificava à Bolívia.

Com a derrota de Santa Cruz e a relativa estabilidade do governo, Ponte Ribeiro teve tempo de se dedicar a outros temas que também interessavam ao governo brasileiro. Um destes temas era justamente a necessidade de estabelecer tratados de limites com as nações fronteiriças. Para ele, o Império deveria aproveitar melhor as oportunidades dos acordos para superar a ideia de desconforto por ser a única monarquia da América. Assim, a missão no Peru deveria ser melhor aproveitada incumbindo-o de também se aproximar de Bolívia e Equador a fim de intentar a assinatura de semelhantes tratados. Dizia ele:

Ouso recordar a V. Ex. que esta missão deve merecer hoje, mais que nunca, a atenção do governo Imperial, para dar-lhe instruções suficientes para estar em todas as questões da vasta fronteira que há com as três repúblicas - Bolívia, Peru e Equador - de cujas relações ela é centro; pois desconfio que a delimitação de limites com o Brasil é um dos principais objetos que estes governos querem tratar entre si. Não me cansarei de repetir que todos os Estados que rodeiam o Império devem ser considerados seus inimigos naturais. (Cadernos CHDD, n. 19, 2011: 131).

Ciente desta realidade, Ponte Ribeiro não mediu esforços para ver assinado um tratado de limites com o Peru, em 1841, que estabelecesse as diretrizes para a definição das fronteiras entre os países. O tratado foi assinado com base no princípio do *uti possidetis*, e não mais por aquele assinado entre Portugal e Espanha em 1777, e deveria se resumir ao território que cada uma das nações realmente ocupava depois da independência de ambas. Algumas questões ficaram pendentes, como o direito de navegação do Amazonas que só seria liberado ao longo da década de 1850. Para frustração de Ponte Ribeiro, o acordo não foi ratificado pelo governo brasileiro, por acreditar não ter informações suficientes para assinatura de um tratado.

Ponte Ribeiro retirou-se do Peru em 10 de julho de 1841 deixando a direção da missão a Manoel Cerqueira Lima, mas mesmo de longe continuaria seguindo os lances políticos que ocorriam naquela parte do continente. Durante o Império, o diplomata em questão foi uma das poucas vozes que via com bons olhos a maior integração do Brasil junto às demais repúblicas que o circundava. Em uma memória escrita, a pedido do ministro Aureliano de Sousa Pereira Coutinho, em novembro daquele mesmo ano, sobre as vantagens da participação do Brasil num congresso de plenipotenciários da América, Ponte Ribeiro não se fez de rogado e aprovou com louvor esta participação. Segundo ele, as discussões a serem realizadas no congresso interessavam e muito ao Brasil já que objetivava-se "a adoção uniforme de princípios que sirvam de barreira às injustiças e abusos que se pratica com eles; e concordar os meios de por termo às convulsões políticas quase sucedem diariamente destruindo a vida, a propriedade e a moral" (AHI, lote 269, maço 3). Entre os outros temas a serem tratados no congresso constavam as tarefas de impedir a subdivisão dos estados, definir os modos de interferir na pacificação interna das novas repúblicas e nas ocasiões de guerras, convencionar o melhor regime policial de fronteiras e direito de asilo.

Para o Brasil, tais temas eram de suma importância, pois a ele interessava a estabilidade e a ordem política propostas pelo congresso. Por isso, na opinião de Ponte Ribeiro, o Império devia tomar parte ativa para que o encontro ocorresse. Segundo ele, devia-se aproveitar esta oportunidade para desenvolver conversas sobre a definição de limites com as Repúblicas. Além disso, o Brasil poderia agir como intermediário entre as novas repúblicas americanas e as velhas metrópoles europeias para que estas últimas "reconheçam aquelas disposições razoáveis" estabelecidas no congresso.

Por fim, defendia Ribeiro, que a resistência ou a má vontade do Brasil em tomar parte daquele encontro "atrairia também sobre o Império a opinião dominante em todas as

repúblicas, de que os governos organizados tem interesse em que não se constituam os hispano-americanos". Deste modo, era mais que primordial a participação do Brasil para conquistar a simpatia e a confiança das repúblicas e amenizar os receios.

Ponte Ribeiro acreditava que a presença ostensiva das autoridades brasileiras nos assuntos internos das Repúblicas sul americanas, seja como conselheiro ou mediador, era uma das estratégias a serem utilizadas para sanar as desavenças ou desconfianças recíprocas, já que havia por parte do Império o temor da configuração de uma liga antibrasileira. Tais temores são confirmados em sua pro-memória número 97 de 14 de agosto de agosto 1862, quando ele analisa a importância das legações do Brasil na América do Sul e conclui que "todas as novas repúblicas deste continente devem ser olhadas como inimigas do Império do Brasil, sentimento que abrigam em mais súbito grau aquelas que confinam com ele" e acreditava que "quanto mais o governo imperial esmerar-se em dirigir aos dessas repúblicas demonstrações de urbanidade e consideração, menor será a desconfiança de que tais atos encobrem um fim contrário aos seus interesses e sistema de governo".

Partindo do princípio de que a presença constante poderia amenizar os contratempos políticos e econômicos, o governo imperial buscou, na medida do possível, enviar alguns encarregados de negócios ou plenipotenciários as Repúblicas do Pacífico o que demonstra ousadia e iniciativa. A título de exemplo, sabemos por meio de Ponte Ribeiro que entre 1832 e 1851 a Bolívia recebeu um encarregado interino, três encarregados de negócio e um enviado extraordinário. No mesmo período, o Chile recebeu três encarregados de negócios e um enviado extraordinário. O Peru, por sua vez, sempre recebeu maior atenção e foi constante a presença brasileira naquela república devido a sua posição estratégica. Tais repúblicas, em contrapartida, tiveram uma presença quase nula na monarquia, durante o mesmo período. Para Ponte Ribeiro, esta ausência não devia ser atribuída "a falta de meios pecuniários, e sim a má vontade" ou desconsideração pela monarquia já que não obstavam em enviar seus representantes a outros governos americanos e europeus. Os únicos agentes diplomáticos que as repúblicas do pacífico tem mandado ao Brasil foi um encarregado de negócios do Peru e um plenipotenciário da Colômbia, ambos nomeados por Bolívar, em 1826, e foram retirados assim que o mártir da independência perdeu seu poder naquelas regiões. Depois disso, as visitas tornaram-se cada vez mais esparsas. Bolívia enviou um encarregado em 1834, Chile nunca enviou.

De qualquer maneira, ficava clara a política brasileira de se infiltrar nos assuntos internos daquelas Repúblicas como estratégia para construir e ampliar seus laços de solidariedade de caráter político ou econômico, consolidar sua posição enquanto Nação influente na América do sul e estabelecer alguns acordos considerados importantes para a Monarquia. Ao longo do século XIX, a presença brasileira na região do Pacífico tornou-se bem ostensiva, embora ainda ocupasse uma posição bastante secundária no campo das relações internacionais do Império se compararmos à região do Prata. Entretanto, naquele contexto da segunda metade do oitocentos, ampliar áreas de influências significava também impedir a concretização de interesses expansionistas de outras nações no continente como os Estados Unidos, a Confederação Argentina e até mesmo o Chile como nos informa Luís Claudio Santos (SANTOS, 2002:100-101).

Combater a influência da confederação Argentina na região foi o principal objetivo da última missão diplomática encabeçada por Duarte da Ponte Ribeiro entre 1851-1852. Diante da possibilidade da iminência de um conflito armado contra o governo de Rosas, esta missão extraordinária envolvia, além das tradicionais Repúblicas de Peru, Bolívia e Chile, os governos do Equador, Colômbia e Venezuela. Buscava-se, antes de tudo, impedir qualquer possibilidade da formação de uma liga antibrasileira sob a liderança de Buenos Aires. Para tanto, o Brasil procurou conquistar tais repúblicas com a assinatura de tratados de limites, comércio e navegação o que foi conseguido junto ao Peru, Equador, Colômbia e Bolívia, embora nem todos tenham sido ratificados.

Antes desta missão especial, no entanto, Ponte Ribeiro já havia alertado as autoridades brasileiras, em 1844, sobre o descaso com as representações diplomáticas brasileiras na América e do poder e consideração que Rosas vinha ocupando junto àquelas Repúblicas banhadas pelo oceano pacífico. Segundo ele o rancor herdado dos espanhóis juntamente com a inveja da prosperidade, do vasto território, da posição geográfica e da superioridade do Brasil concorriam para que aqueles governos desejassem se unir contra nós, por isso a necessidade de se fazer presente. Não à toa propôs a província de Buenos Aires para o centro de consulta e deliberação das missões diplomáticas brasileiras no Prata. (BNRJ, Mss 63, 03, 004, n. 067). Por ser o centro das Repúblicas do Pacífico, o Peru deveria ter um ministro residente. Ao Chile, com quem o Brasil possuía mais relações econômicas do que políticas, bastaria um cônsul-geral em Valparaíso. Bolívia, Equador, Colômbia e Venezuela mereciam cada qual um encarregado de negócios. Contudo, ele mesmo reconhecia a impossibilidade

destas nomeações devido a falta de capital da monarquia e ainda alertava as autoridades que se fossem para nomear homens com ordenados fora do padrão o ideal seria não nomeá-los para que Brasil não perdesse o prestígio e reconhecimento que tinha foram de seus limites territoriais, já que os mesmos não conseguiriam viver com dignidade.

Em outra oportunidade, Ribeiro também alertou as autoridades sobre o comportamento capcioso de Rosas nos jornais da época. Segundo consta, Rosas vinha divulgando que o tratado de 1777 havia sido suspenso pelo de 1801, mas o Brasil continuava insistindo no primeiro pois lhe garantia uma extensão de suas fronteiras. Na opinião do diplomata, tais insinuações mereciam uma resposta rápida já que poderia incitar as outras repúblicas contra o governo brasileiro, dizia ele:

Persuado-me que estas publicações devem merecer a atenção do governo imperial não só pelo efeito que vão produzir nas repúblicas vizinhas, como também por induzirem os outros governos a acreditar que o Brasil é grande a custa de usurpações feitas as novas repúblicas, resultando daí simpatizarem com elas em prejuízo do Brasil quando haja algum rompimento.

Por isso, fazia-se necessária a confecção de um documento “que mostrasse a natureza do tratado de 1777 e analisasse os subseqüentes citados pelo governador Rosas, que a meu ver não favorecem as induções que ele tira” (BNRJ, Mss. 63,03,004, n. 073). Em alguns momentos, Ribeiro chegou mesmo a defender a guerra contra aquele líder político uma vez que as tentativas de diálogo já não faziam mais efeito e era visível a falta de caráter do representante da confederação argentina.

A missão especial de 1851-1852 foi a última encabeçada por Duarte da Ponte Ribeiro. Depois disso não voltaria mais àquela região, mas já tinha aberto as portas para atuação de outros representantes do governo mais conhecidos pela nossa historiografia como Francisco Adolfo Varnhagen que por lá esteve entre 1863-1867. Com o fim das viagens, o diplomata em questão pôde se dedicar mais intensamente às suas pesquisas, atuou bastante como parecerista dos assuntos relacionados à América e conselheiro dos ministros da Secretária dos Negócios Estrangeiros. Mesmo distante, ele não deixou de lado suas preocupações com àquelas Repúblicas que foi seu principal palco de atuação. A título de exemplificação sabemos que ele escreveu 23 memórias sobre as dificultosas relações entre Bolívia e a província do Mato Grosso, 30 sobre o Peru, 3 sobre o Chile e 5 sobre as Repúblicas do Pacífico, a maioria delas escritas depois de 1852.

Ponte Ribeiro faleceu em 1878. O reconhecimento pelo seu trabalho ocorreu no final de sua vida quando foi agraciado com o título de Barão da Ponte Ribeiro, em 1873. Foi membro de uma quantidade infinita de comunidades científicas e nos deixou um legado documental extenso que merece ser bastante explorado.

Bibliografia:

Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI)

Lata 269 – maço 3

Memória n. 9 – Reflexão sobre as vantagens da reunião do preconizado Congresso Americano. RJ. 11/11/1844

Lata 291 – maço 2

Pró-memória n. 97 – Colocação e Importância das Legações do Brasil na América do Sul. RJ. 14/08/1862

Memória n. 102 – Importância das Legações do Império nos estados vizinhos e resenha das missões enviadas por estes ao Brasil. RJ. 26/12/1862

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ) – Divisão de Manuscritos (Mss)

Mss 63,03,004, n.º 067 – Nota onde o autor afirma ser necessário o envio de agentes diplomáticos ou consulares a todos os países da América do Sul, Centro e Norte. Duarte da Ponte Ribeiro. 11/04-28/06/1844, 13p

Mss. 63,03,004, n. 073 – Notas sobre a questão de limites do Brasil com as repúblicas de origem espanhola, 27/10/1848, 2p

Cadernos do Centro Histórico de Documentação Diplomática (CHDD)

“Memória sobre as Repúblicas do Pacífico” – 7 de abril de 1832”. *Cadernos do CHDD*/ Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – ano 1, n.1- Brasília,DF : A Fundação, 2002, p. 140-158.

“Missão Especial à América Meridional: Duarte da Ponte Ribeiro (1851-1852)”. *Cadernos do CHDD* / Fundação Alexandre de Gusmão. – Ano IX, Número 16. – [Brasília, DF] : A Fundação, 2010, p. 09-323.

“Primeira Missão Brasileira ao Peru: Duarte da Ponte Ribeiro (1829-1832)”. *Cadernos do CHDD* / Fundação Alexandre de Gusmão. – Ano IX, Número 17. – [Brasília, DF] : A

Fundação, 2010, p. 263-433.

“Missão Brasileira a Peru e Bolívia: Duarte da Ponte Ribeiro (1836-1839)”. *Cadernos do CHDD* / Fundação Alexandre de Gusmão. – Ano X, Número 18. – [Brasília, DF] : A Fundação, 2010, p. 165-501.

“Missão Brasileira a Peru e Bolívia: Duarte da Ponte Ribeiro (1839-1841)”. *Cadernos do CHDD* / Fundação Alexandre de Gusmão. – Ano X, Número 19. – [Brasília, DF] : A Fundação, 2011, 103-359.

CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 3ªed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008.

GOYCOCHÊA, Luis Felipe Castilhos. *O Fronteiro-mor do Império* (Duarte da Ponte Ribeiro). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

MACEDO, Joaquim Manuel de Macedo. “Discurso do Orador o Sr. Dr. Joaquim Manuel de Macedo”. *RIHGB*, Tomo XLI, Segunda Parte, 1878, p. 471-505.

SANTOS, Luis Cláudio Villafañe Gomes. *O império e as repúblicas do pacífico: as relações do Brasil com o Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia, 1822-1889*. Curitiba: Editora da UFPR, 2002, 178p.

SOUZA, José Antonio Soares de– Um diplomata do Império (Barão da Ponte Ribeiro) – São Paulo: Cia. Editora Nacional. Biblioteca Pedagógica Brasileira, série V, vol. 273, 1952.